

# PAPÉIS SOCIAIS E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR: uma pesquisa bibliográfica

## *SOCIAL ROLES AND GENDER INEQUALITY IN THE SCHOOL SPACE: a bibliographic research*

Ana Quesado Sombra<sup>1</sup>  
Geórgia Leonardo<sup>2</sup>

**Resumo:** Historicamente, as relações de gênero são atravessadas por paradigmas sobre os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres, que reverberam em preconceitos, discriminações e desigualdades, bem como em expressões de violência contra a mulher, nos diversos contextos sociais. Essas concepções presentes na sociedade são também percebidas no espaço escolar, nos discursos, práticas pedagógicas e conteúdos didáticos que naturalizam a hierarquia nas relações entre homens e mulheres, e legitimam a desigualdade de gênero. Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada por meio de buscas nas bases de dados SciELO e Periódicos CAPES. Foram selecionados artigos publicados de janeiro de 2010 a agosto de 2020, objetivando investigar como a escola tem dialogado sobre os papéis sociais de gênero, baseados no modelo de masculinidade hegemônica, e como tais estereótipos contribuem para a reprodução e naturalização da desigualdade de gênero nas relações sociais entre homens e mulheres no espaço escolar. Para vislumbrarmos mudança no atual cenário, é essencial reconhecer a escola como locus de transformação social, que se dá por meio de reflexão e consciência crítica. Cabe à escola utilizar estratégias que visem a problematizar as questões de gênero e ressignificar os paradigmas sociais que geram a desigualdade de gênero. Ademais, salientamos a importância da participação do poder público na promoção de formação docente sobre a temática gênero e diversidade, e proposição de políticas públicas que favoreçam a participação efetiva das mulheres, a fim de garantir uma educação para a equidade de gênero, com vistas ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e digna.

**Palavras-chave:** Estereótipos, Relações de Gênero, Desigualdade de Gênero, Escola.

**Abstract:** *Historically, gender relations are crossed by paradigms about the social roles assigned to men and women, which reverberate in prejudices, discrimination and inequalities, as well as in expressions of violence against women in various social contexts. These conceptions present in society are also perceived in the school environment, in the discourses, pedagogical practices, and didactic contents that naturalize the hierarchy in the relations between men and women, and legitimize gender inequality. This is a bibliographic review, carried out by means of searches in the SciELO and CAPES Periodicals databases. Articles published from January 2010 to August 2020 were selected, aiming to investigate how the school has talked about the social gender roles, based on the hegemonic masculinity model, and how such stereotypes contribute to the reproduction and naturalization of gender inequality in social relations between men and women in the school environment. In order to envisage changes in the current scenario, it is essential to recognize the school as a locus of social transformation, which occurs through reflection and critical consciousness. It is up to the school to use strategies that aim to problematize gender issues and redefine the social paradigms that generate gender inequality. Furthermore, we emphasize the importance of the participation of public authorities in promoting teacher training on gender and diversity issues, and proposing public policies that favor the effective participation of women, in order to ensure an education for gender equity, with a view to the development of a more just and worthy society.*

**Keywords:** *Stereotypes, Gender Relations, Gender Inequality, School.*

---

<sup>1</sup> Mestra em Ciências da Educação, pela EBWU (2018). Especialista em estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher, pela Escola de Saúde Pública do estado do Ceará - ESP/CE (2021); em Administração Escolar, pela Universidade Única de Ipatinga (2020); em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2018); em ensino da Língua Portuguesa e suas Literaturas, pela Faculdade Ateneu - FATE (2013). Licenciada em Letras/Português, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2008).

<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é considerada um problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos das mulheres. Em 2019, a segunda edição da pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Instituto Datafolha, revelou que 16 milhões de mulheres brasileiras, com 16 anos ou mais, haviam sofrido algum tipo de violência nos últimos 12 meses. Essa pesquisa demonstrou ainda que 42,6% das mulheres mais jovens, entre 16 e 24 anos, apresentaram maior vulnerabilidade a situações de violência. Outro dado importante encontrado na pesquisa, diz respeito à autoria dos episódios mais graves de violência relatados, indicando que, em 76,4% dos casos, o agressor era conhecido da vítima (FBSP, 2019).

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), a desigualdade de gênero figura entre os principais fatores associados ao aumento do risco de incidência da violência contra a mulher (OPAS, 2019). Tal afirmativa aponta para a importância de se ressignificar as relações sociais de gênero, uma vez que estas são atravessadas pelas concepções do sistema patriarcal, objetivando romper as estruturas que naturalizam a hierarquia nas relações entre homens e mulheres, e legitimam a desigualdade de gênero, que é raiz da violência contra a mulher. No Brasil, a despeito de todos os avanços trazidos pela Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, este fenômeno continua sendo cada vez mais frequente no cotidiano das mulheres, e, portanto, exige a criação de políticas públicas efetivas de enfrentamento e prevenção.

Para Saffioti (2004, p. 71), a desigualdade “é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência.”. Ainda de acordo com a autora,

[...] qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. A contradição não encontra solução neste regime. Ela é passível de superação, o que exige transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades, pelas quais é responsável a sociedade (SAFFIOTI, 2009, p. 14).

Como pode ser observado, por se tratar de um comportamento culturalmente apreendido, entende-se que a desigualdade de gênero seja passível de desconstrução, o que evidencia a necessidade de se promover reflexões sobre as relações sociais entre homens e mulheres, visando à sua ressignificação e, conseqüentemente, à promoção da equidade de gênero.

Em sua obra *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, Scott (1990) traz uma discussão sobre os diversos usos do termo gênero, dentre eles, a designação das relações sociais entre os sexos, contrária às explicações biológicas como fator legitimador das desigualdades entre homens e mulheres. Nesse sentido,

[...] o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT,1990, p.72).

Corroborando este pensamento, Auad (2018, p.21) afirma que "as relações de gênero correspondem ao conjunto de representações construídas em cada sociedade, ao longo de sua história para atribuir significados, símbolos e diferenças para cada um dos sexos". Assim, infere-se que essas construções sociais naturalizam a hierarquia instituída historicamente nas relações sociais entre homens e mulheres e legitimam a desigualdade de gênero, que é fator determinante da violência contra a mulher. A autora acima ainda ressalta que

quando começamos a considerar as relações de gênero como socialmente construídas, percebemos que uma série de características consideradas 'naturalmente' femininas ou masculinas corresponde às relações de poder. Essas relações vão ganhando a feição de 'naturais' de tanto serem praticadas, contadas, repetidas e recontadas. Tais características são, na verdade, construídas, ao longo de anos e dos séculos, segundo o modo como as relações entre o feminino e o masculino foram se engendrando socialmente (AUAD, 2018, p. 19).

Sobre os papéis sociais convencionalmente atribuídos ao masculino e ao feminino, Louro (2000, p.12) diz que "ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina". Nesse mesmo sentido, Biroli (2018) ensina que

embora exista uma pluralidade de arranjos na realidade cotidiana das pessoas, as formas institucionalizadas de organização da vida definem vantagens ao valorizá-los desigualmente e reconhecê-los seletivamente. Com isso, induzem preferências. Nesse processo, produzem-se vivências e estereótipos que controlam e regulam as relações e os sujeitos (BIROLI, 2018, p. 115).

Ainda citando a autora acima, essas discriminações produzem sofrimento e comprometem a integridade de crianças e adolescentes, daí a necessidade de um ensino voltado ao respeito e igualdade, a fim de que estes gozem de um ambiente que não normalize a violência e os preconceitos, mas que os confronte. Nesse contexto, Biroli (2018, p. 129) afirma que "a escola desempenha papel fundamental na formação, podendo ativar concepções democráticas de vida ou reforçar preconceitos". Do exposto, depreende-se a importância de problematizar os papéis sociais de gênero como uma construção

social e cultural, considerando sua relação com a produção, reprodução e naturalização da desigualdade de gênero no espaço escolar.

AUAD (2018, p. 77) cita que a escola, “como outras instituições sociais, ressalta e utiliza as diferenças e transforma-as em desigualdade”, evidenciando a necessidade de refletir sobre esta temática no espaço escolar, uma vez que nele se refletem de diversas maneiras os problemas, conflitos e ideologias da sociedade, de tal modo que se constitui espaço de reprodução das relações de poder, reiterando as desigualdades em seu cotidiano (BOURDIEU; PASSERON, 1992).

BOURDIEU (2002, p. 53) explica que um dos mais importantes fatores de transformação desta realidade relaciona-se “com a transformação decisiva da função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os gêneros, tais como o aumento do acesso das mulheres à instrução e, correlativamente, à independência econômica e à transformação das estruturas familiares.”

A escola é reconhecida como um lugar onde estão presentes diversos discursos, que podem reproduzir a ideologia dominante (FARIA, 2008), mas é também um espaço onde se dá a educação que, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana e socialmente justa” (BRASIL, 2017), o que demonstra a relevância do estudo do tema. Nesse sentido, esta investigação buscou contribuir para fomentar reflexões acerca dos papéis sociais de gênero, como construção sociocultural, os quais se fundamentam no modelo de masculinidade hegemônica, e sobre a desigualdade de gênero como fator estruturante da violência contra a mulher, buscando promover a equidade nas relações sociais entre homens e mulheres no espaço escolar.

Portanto, a presente pesquisa partiu do pressuposto de que as representações sociais dos comportamentos historicamente atribuídos ao masculino e ao feminino repercutem na escola, reproduzindo e naturalizando a desigualdade de gênero nas relações sociais entre homens e mulheres, e, conseqüentemente, perpetuando os padrões de masculinidade hegemônica no espaço escolar. Nesse contexto, a escola emerge como reprodutora da ideologia dominante, fortalecendo o sistema opressor enraizado histórica e culturalmente na sociedade, o qual é, muitas vezes, incorporado ao currículo e às práticas escolares (SILVA, 2009).

O interesse pela temática surgiu a partir da observação das relações sociais estabelecidas no cotidiano escolar que, de modo velado ou explícito, são permeadas de valores e crenças discriminatórias e excludentes, que acabam cerceando a participação das mulheres em alguns espaços sociais.

O desenvolvimento desta pesquisa se justifica pela relevância do estudo do tema, uma vez que a desigualdade de gênero perpassa historicamente a sociedade, e reverbera nas instituições, dentre elas, a escola, manifestando-se, entre outras formas, por meio de baixas expectativas, desigualdade de acessos, de oportunidades e escolhas, que geram impactos negativos à trajetória das mulheres e reforçam ainda mais a estrutura que as oprime, apontando para a necessidade de serem criados na escola espaços de diálogo e reflexão sobre as diversas manifestações de preconceito, discriminação e ideias de subalternidade feminina, com vistas à construção de uma educação para a equidade.

Nesse sentido, esta revisão objetivou investigar como a escola tem dialogado sobre os papéis sociais de gênero, baseados no modelo de masculinidade hegemônica, e como tais estereótipos contribuem para a reprodução e naturalização da desigualdade de gênero nas relações sociais entre homens e mulheres no espaço escolar.

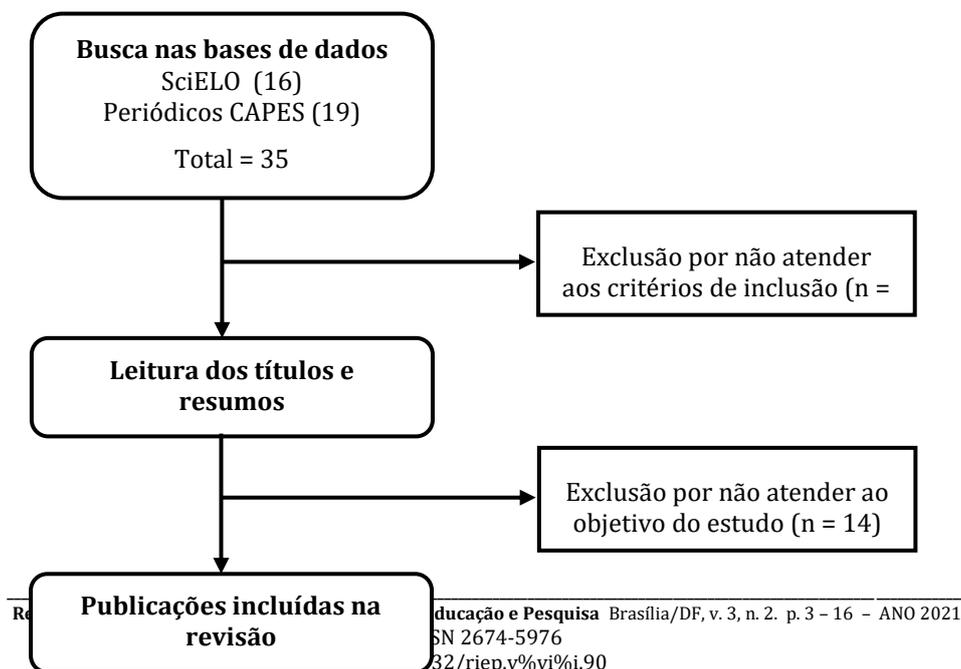
## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter teórico, realizada por meio de uma revisão bibliográfica, desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de artigos científicos (GIL, 2008).

Para a elaboração desta revisão, foram seguidas as etapas: 1) busca nas bases de dados bibliográficas; 2) leitura das publicações selecionadas e realização de fichamentos; 3) apresentação da síntese e 4) discussão dos resultados obtidos.

A partir da questão norteadora “Como a escola tem dialogado sobre os papéis sociais de gênero, baseados no modelo de masculinidade hegemônica?”, foram realizadas buscas nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos CAPES, a partir da combinação dos descritores definidos para esta revisão, com a utilização do descritor booleano “AND”. Os descritores utilizados foram: “Estereótipos”, “Relações de Gênero”, de acordo com o TEG; “Desigualdade de Gênero” e “Escola”, conforme os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

As buscas e a seleção de artigos ocorreram no período de setembro a outubro de 2020. Incluíram-se nesta pesquisa artigos publicados no período de janeiro de 2010 a agosto de 2020, escritos em língua portuguesa, com texto disponível na íntegra e de livre acesso. Foram excluídas as publicações repetidas na busca inicial, as que discutiam, isoladamente, uma das variáveis envolvidas ou que fugiam ao tema proposto, que inviabilizassem o alcance dos objetivos do estudo, conforme demonstra a Figura 1.



Fonte: autoras da pesquisa.

Figura 1: Fluxograma de seleção das publicações incluídas na revisão.

Após a conclusão das buscas nas bases de dados, foi realizada a leitura dos títulos e resumos das publicações, para a seleção dos estudos elegíveis, com base nos critérios de inclusão e exclusão previstos. Para a coleta dos dados, foram extraídas as seguintes informações das publicações incluídas nesta revisão e que foram inseridas em fichamentos: nome do(s) autor(es), data de publicação, tipo de estudo; objetivos e principais resultados encontrados. As informações foram sintetizadas e estão apresentadas no Quadro 1.

Posteriormente, realizou-se uma análise de conteúdo qualitativa, consistindo na leitura, interpretação e codificação dos dados coletados, com o objetivo de responder ao objetivo da pesquisa.

As informações inicialmente foram organizadas a partir da ordem cronológica de publicação dos artigos. Em seguida, foram categorizadas a partir do foco abordado: a pesquisa que analisou como os conceitos de igualdade, diferença, identidade, classe e gênero são tratados no ambiente escolar evidenciou a presença de concepções hegemônicas, fundadas em aspectos biológicos, sociais e culturais; os estudos que analisaram os estereótipos de gênero sob a ótica das aulas de educação física encontrou alguns elementos que deram conta da crença em uma suposta inferioridade e incapacidade feminina para a realização de determinadas atividades durante as aulas de Educação Física; as análises sobre a abordagem dos estereótipos femininos nos materiais didáticos utilizados na escola demonstraram a necessidade de discussão sobre o tema, por reproduzirem preconceitos e desigualdades; por último, a pesquisa que apresentou a relevância de incorporar as temáticas de gênero e sexualidade no currículo escolar demonstrou que apesar da necessidade de levar à escola a reflexão sobre gênero e sexualidade, numa perspectiva de construção social, esta é incompatível com alguns segmentos, tais como os religiosos e políticos, que a veem como uma ameaça à ordem familiar.

## **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A amostra da pesquisa consistiu em seis publicações alinhadas ao objeto de estudo, classificadas em três categorias: quanto ao tipo de estudo, ano de publicação e objetivos. Quanto ao tipo de estudo, uma pesquisa trata-se de estudo de caso (16,6%), uma se utilizou de pesquisa documental (16,6%), uma fez uso de pesquisa documental associada a estudo de caso (16,6%) e três utilizaram pesquisa bibliográfica (50%), demonstrando a preferência dos pesquisadores por esse tipo de estudo, durante o período pesquisado.

Referente ao ano de publicação: um artigo foi publicado em 2014 (16,6%), um no ano de 2015 (16,6%), um em 2017 (16,6%), e três no ano de 2018

(50%), podendo-se inferir que houve um crescente interesse pelo objeto de pesquisa nos últimos anos. Ainda assim, os resultados obtidos servem como subsídio para fomentar uma reflexão acerca da necessidade de pesquisas sobre o tema serem realizadas com maior frequência, uma vez que apontaram para a escassez de produções científicas nos últimos dez anos.

Quanto aos objetivos, todas as seis publicações têm caráter exploratório. Dentre elas, duas (33%) investigaram a desigualdade de gênero na perspectiva das aulas do componente curricular de Educação Física, outras duas (33%) analisaram as relações e representações de gênero presentes em materiais e livros didáticos de língua portuguesa, uma (16,6%) abordou a necessidade de inclusão dos conteúdos relativos a gênero e à sexualidade no currículo escolar, à luz do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, e uma (16,6%) versou sobre os conceitos de igualdade, diferença, identidade, classe e gênero que permeiam o espaço escolar, bem como acerca da necessidade de refletir sobre eles.

No Quadro 1, a seguir, será apresentada uma síntese dos artigos selecionados para a composição da amostra desta pesquisa.

AUTORIA/ ANO	OBJETIVO	TIPO DE ESTUDO	PRINCIPAIS RESULTADOS
MONTEIRO, 2017.	Discutir a construção identitária e sua relação com as aulas de Educação Física, valendo-se de significados construídos por estudantes.	Estudo de caso.	Os resultados demonstraram que há uma naturalização dos aspectos relativos ao desempenho dos/as alunos/as durante as aulas, e aos seus gostos individuais, baseada em conceitos biológicos e deterministas, desconsiderando os aspectos culturais das relações sociais.
ALVES; CECCHIM; FRIZZO, 2018.	Analisar as expressões da desigualdade de gênero nas aulas de Educação Física na escola, tendo como objeto de investigação um estudo realizado em duas escolas públicas de educação básica no município de Pelotas-RS.	Pesquisa documental e estudo de caso.	A pesquisa revelou que a perspectiva hegemônica nas aulas de Educação Física reproduz as desigualdades da sociedade em geral, identificando elementos que retratam algumas expressões da desigualdade de gênero e opressão às mulheres, tais como: assédio e violência.
BRANDÃO; LOPES, 2018.	Discutir as premissas que regem o debate público na sociedade brasileira sobre a inclusão dos conteúdos relativos ao gênero e à sexualidade no PNE.	Pesquisa socioantropológica documental.	A pesquisa encontrou dois aspectos: o primeiro ressalta a importância de integrar o debate sobre gênero e sexualidade na socialização escolar; já o segundo sustenta que a discussão sobre gênero e sexualidade ameaça a ordem familiar.
CUNHA;	Problematizar a	Pesquisa	A análise comprovou que a

SILVA, 2018.	questão de gênero na construção discursiva do livro Tosco, textual e imagética, entendendo que moralidades e valores ali expressos podem não suscitar discussões, mas consolidar preconceitos e desigualdades de gêneros.	bibliográfica.	personagem “mãe” é apresentada como uma mulher inconsequente, guiada por seus impulsos e paixões, com baixa autoestima, e desordem emocional, replicando uma dinâmica familiar violenta. Repetidas situações protagonizadas pela personagem feminina acabam promovendo o seu desgaste e uma espécie de preservação da figura masculina às avessas, demonstrando que a ausência do pai é menos nociva do que a presença da mãe.
--------------	---	----------------	--

Fonte: autoras da pesquisa.

Quadro 1: Síntese dos artigos incluídos na revisão bibliográfica. Fortaleza, CE. 2021.

As relações de gênero têm sido marcadas historicamente pela hierarquia entre homens e mulheres, que resulta na desigualdade e violência de gênero. Para Pasinato (2016, p.230), “existe um continuum de atos de violência, definido como consequência de um padrão cultural que é aprendido e transmitido ao longo de gerações”, o que evoca a necessidade de mudanças estruturais na sociedade.

Em seu estudo, Ferreira (2014) revelou existir no espaço escolar uma naturalização dos estereótipos de gênero, que se fundamenta em perspectivas hegemônicas e em aspectos biológicos que determinam o comportamento de homens e de mulheres, conforme mostra a Figura 2.

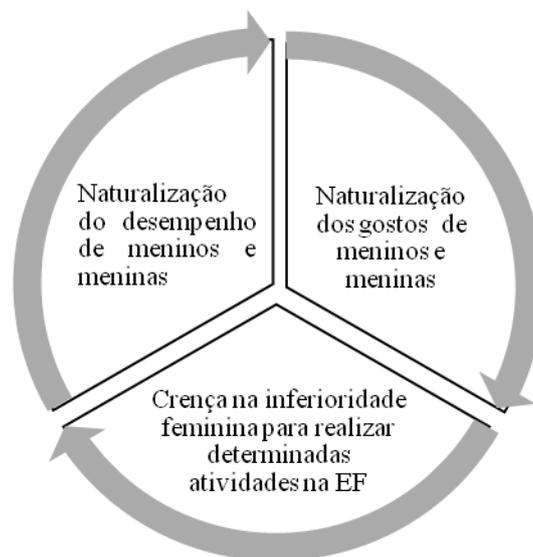


Fonte: autoras da pesquisa.

Figura 2: Resultado obtido no estudo de Ferreira (2014).

Nesse sentido, Osterne (2020, p. 46), apud Chauí (1995), traz que “a naturalização das determinações sociais e históricas é o recurso privilegiado da ideologia, da mesma forma que a aceitação dessa naturalização sempre foi fundamental para a aceitação da violência como não-violência”. Ainda nesse cenário, Louro (2000, p. 16) cita a escola como uma das instâncias sociais que “realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas”.

O estudo de Monteiro (2017) evidenciou que nas aulas de Educação Física há uma naturalização dos aspectos referentes ao desempenho dos alunos e alunas, e aos seus gostos individuais, baseada em estereótipos de uma suposta inferioridade feminina para realizar determinadas atividades físicas, conforme demonstrado na Figura 3.



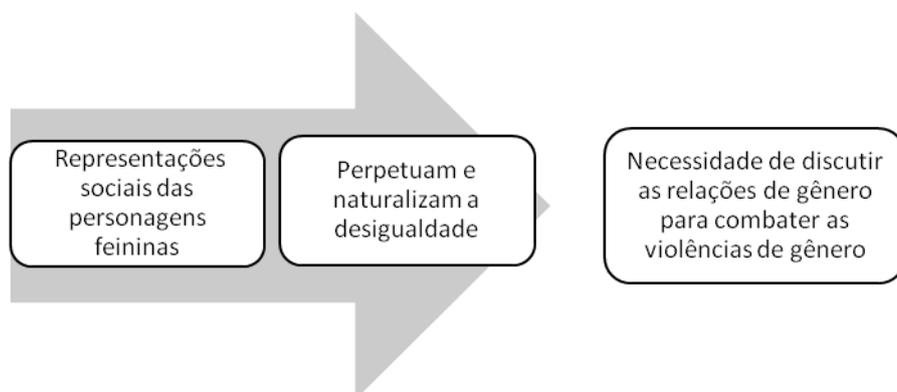
Fonte: autoras da pesquisa.

Figura 3: Resultado da pesquisa de Monteiro (2017).

Nesse cenário, Corsino e Auad (2017, p. 335) ressaltam que “homens e mulheres passam por determinado adestramento do corpo, e até mesmo do seu comportamento, já na infância, se estendendo para a adolescência”. Os autores ainda afirmam que “há uma educação que molda seus corpos de modo que seus comportamentos correspondam ao que é esperado (no interior das normas de gênero)”.

Ainda nesse sentido, o estudo de Alves; Cecchim e Frizzo (2018) apontou que percepções hegemônicas cristalizadas nas instituições de ensino foram facilmente percebidas em elementos e expressões presentes nas aulas de Educação Física, que reproduzem a desigualdade de gênero, por meio de assédio e violência. Tais pesquisas evidenciaram a existência da produção e reprodução de práticas e discursos da dominação masculina durante as aulas de educação física, que inferiorizam as mulheres e acabam cerceando o acesso delas a espaços instituídos estritamente masculinos, o que pode ser classificado como uma violência simbólica. Sobre a violência simbólica, Bourdieu (2002) afirma que “os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritos no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações)”.

CUNHA e SILVA (2018), ao analisarem as personagens femininas e as representações presentes em material didático integrante de uma política pública, concluíram que tais representações reiteram desigualdades, hierarquias e opressões à mulher, observando que os valores ali expressos, se não forem problematizados, poderão consolidar preconceitos e desigualdades de gêneros. Nesse mesmo sentido, os resultados da análise realizada por Ledo e Marcuschi (2015) em dois livros didáticos de língua portuguesa apontaram para o que se apresenta na Figura 4, a seguir.



Fonte: autoras da pesquisa.

Figura 4: Análise de Ledo e Marcuschi (2015).

Referente a pesquisas realizadas sobre o livro didático, Marques (2007, p. 207) diz que este “está condicionado a atuar, historicamente, como difusor de preconceitos em relação ao trabalho, a sociedade e às relações sociais – incluindo aí as relações de gênero”, e enfatiza a necessidade de “verificar, nos textos didáticos, os níveis de representações do lugar social do homem e da mulher, principalmente, em tempos de significativos debates acerca da condição feminina”, ressaltando a importância de questionar as percepções acerca dos papéis sociais do homem e da mulher, e das relações entre os gêneros, bem como os comportamentos sugeridos, produzidos e reproduzidos por meio do livro didático (MARQUES, 2007).

Por fim, o estudo de Brandão e Lopes (2018) apontou que a perspectiva de construção social do gênero e da sexualidade é questionada por ser considerada disruptiva à família para certos segmentos sociais, não devendo ser tratada na escola. Outra perspectiva, que se apoia nas discriminações e violências sofridas por estudantes devido ao estigma e à desigualdade de gênero persistentes nos espaços escolares, observa a relevância de incorporar as temáticas de gênero e sexualidade no currículo escolar; no entanto, tal discussão apresenta-se como uma ameaça à ordem familiar.

A referida pesquisa analisou o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, documento que norteia as ações pedagógicas das instituições de ensino da educação básica, aprovado na Câmara dos Deputados Federais sem, contudo, abordar questões de gênero e sexualidade, debates considerados estritamente necessários no ambiente escolar, dada a realidade apresentada. O PNE 2014-2024 destaca que os objetivos da Meta 8 “traduzem o traçado pela Diretriz III do PNE: a busca pela superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”, demonstrando o tratamento genérico dado pelo documento à temática em questão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos na pesquisa revelaram que a escola, enquanto uma das principais instituições de formação do sujeito, tem reproduzido os estereótipos de gênero, por meio de discursos, práticas pedagógicas, conteúdos didáticos, entre outros, naturalizando a hierarquia nas relações entre homens e mulheres, e legitimando a desigualdade de gênero no espaço escolar. Foi possível perceber ainda que os aspectos biológicos são considerados um fator determinante para a manutenção da desigualdade de gênero, o que pode ser facilmente observado por meio de comportamentos, características, expectativas e limites atribuídos aos homens e às mulheres no contexto escolar.

A pesquisa evidenciou que tais estereótipos contribuem para hierarquizar papéis e regular o modo de ser/agir dos indivíduos; interferem nas escolhas e oportunidades, causando um forte impacto à formação pessoal, social e profissional; cerceiam o acesso das mulheres a espaços, materiais ou simbólicos, considerados tradicionalmente masculinos e as sujeitam a condições de subalternidade, exploração, discriminação ou exclusão.

Para que se vislumbre uma mudança nesse cenário, é essencial reconhecer a escola como lócus de transformação da realidade social, que se dá por meio da reflexão e da consciência crítica. Como estratégias para a solução dessa problemática, sugere-se à escola: problematizar as questões de gênero e os paradigmas sociais que geram as desigualdades entre homens e mulheres; viabilizar a ressignificação dos papéis sociais atribuídos ao longo dos anos ao masculino e ao feminino, com vistas a desconstruir os estereótipos e mitigar preconceitos e discriminações que favorecem a hierarquia nas relações entre homens e mulheres; promover debates com a comunidade escolar acerca dos valores, conceitos e normas engendrados nas práticas pedagógicas e no cotidiano das instituições de ensino, bem como refletir sobre o papel da escola como agente de uma educação não sexista.

Ademais, vale salientar a importância da participação do poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, na promoção de formação docente sobre a temática gênero e diversidade, e na proposição de políticas públicas de ações afirmativas, projetos e programas que favoreçam a participação efetiva das mulheres, a fim de garantir uma educação para a equidade de gênero, com vistas ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e digna.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Pamela; CECCHIM, Katarina; FRIZZO, Giovanni. **A desigualdade de gênero na educação física escolar**, 2018. Disponível em: [A desigualdade de gênero na Educação Física Escolar \(conicyt.cl\)](#) Acesso em: 10/09/2020.

AUAD, Daniela. **Educar meninos e meninas: relações de gênero na escola**/Daniela Auad. – 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil / Flávia Biroli. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**/ Pierre Bourdieu; tradução: Maria Helena Kuhner – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2002.

BRANDÃO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. **“Não é competência do professor ser sexólogo”** O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação, 2018. Disponível em: [SciELO - Brasil - “Não é competência do professor ser sexólogo” “Não é competência do professor ser sexólogo”](#) Acesso em: 20/09/2020.

BRASIL. **Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm) Acesso em: 19/07/2020.

CORSINO, Luciano Nascimento; Auad Daniela. **O professor diante das relações de gênero na educação física escolar**. [Livro Eletrônico]/ Luciano Nascimento Corsino, Daniela Auad. São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção Educação e Saúde; vol. 7).

CUNHA, Diego Fernando; SILVA, Maria de Lourdes da. **Personagens femininas do livro paradidático “Tosco”**: educação sobre gênero e identidade, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/33787> Acesso em: 26/10/2020.

FARIA, A. L. G. da. **Ideologia no livro didático**. 16ª.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, 2019**. Disponível em: <http://www.iff.fiocruz.br/pdf/relatorio-pesquisa-isa-2019-v6.pdf> Acesso em: 03/08/2020.

FERREIRA, M. M. **Relações de Classe e Gênero na Escola**: revisitando conceitos de igualdade, desigualdade, diferença, classe e gênero, 2014. Disponível em: [Relações de Classe e Gênero na Escola: revisitando conceitos de igualdade, desigualdade, diferença, classe e gênero | Revista Tempos e Espaços em Educação \(uvs.br\)](#) Acesso em: 05/10/2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2019**. Disponível em: <https://www.ipea.gov>.

[br/portal/images/stories/PDFs/relatorioinstitucional/190605atlasdaviolencia2019.pdf](https://portal/images/stories/PDFs/relatorioinstitucional/190605atlasdaviolencia2019.pdf) Acesso em: 03/08/2020.

LEDO, Amanda Cavalcante de Oliveira; MARCUSCHI, Elizabeth. **Representações de gênero social em livros didáticos de língua portuguesa, 2015**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/5vQFVrf66mstnkr4rdqDx8S/abstract/?lang=pt> Acesso em: 17/10/2020.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogia da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MELO, Hildete Pereira de, PISCITELLI, Adriana, MALUF, Sônia Weidner, PUGA, Vera Lucia (orgs.). **Imagens Femininas e Masculinas no Livro Didático: subsídios para um debate teórico-metodológico/Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007. 504 p. – (Coleção Educação para Todos; v. 10).

MONTEIRO, Marcos Vinicius Pereira. **A construção identitária nas aulas de educação física, 2017**. Disponível em: [SciELO - Brasil - A construção identitária nas aulas de educação física A construção identitária nas aulas de educação física](https://www.scielo.br/j/rbla/a/5vQFVrf66mstnkr4rdqDx8S/abstract/?lang=pt) Acesso em: 02/09/2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Folha informativa - Violência contra as mulheres, 2017**. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820) Acesso em: 03/08/2020.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina** [livro eletrônico]– 1. ed. -- Fortaleza, CE: Edmeta Editora, 2020.

PASINATO, W. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 37, p. 219–246, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645012> Acesso em: 1 jul. 2021. Acesso em: 30/07/2021.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ministério da Educação. Disponível em: [PNE - Plano Nacional de Educação. indb \(inep.gov.br\)](https://www.inep.gov.br/) Acesso em: 03/10/2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ontogênese e filogênese de gênero:** ordem patriarcal do gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos/Ciências Sociais/FLACSO-Brasil, 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

SILVA, J. G. **Currículo e diversidade:** a outra face do disfarce. Revista Trabalho necessário. Ano 7, n.º. 9, p. 1-18, 2009.